

Um mês sem culpados e com feridas ainda abertas

Andrea Cordeiro

Da equipe do **Correio**

Desempregado há três anos e sem nenhuma atividade remunerada há dois meses, desde o acidente com o cilindro de cloro gasoso que matou sua mulher Maria José de Castro e intoxicou mais de 150 pessoas em Ceilândia Sul, o sucateiro Edvaldo Martins Pereira, 51 anos, chora dia e noite. Não lhe restou nada.

Nos três dias seguintes à tragédia de 12 de janeiro, os soldados do Corpo de Bombeiros e a Defesa Civil jogaram fora seus equipamentos de solda, roupas, colchões, comida e até o carrinho de mão que ele usava para catar ferro velho pelas ruas. Tudo ficou contaminado.

Edvaldo agora dorme sobre as tábuas da cama de casal, ao lado da velha cadeira de balanço da mulher. As roupas que usa foram doadas por irmãos que moram em Anápolis (GO), cidade onde, há 25 anos, Edvaldo conheceu Maria José. Hoje, ele precisa de emprego e dinheiro para comer e pagar as seis prestações de R\$ 16,26 que assumiu para comprar um colchão para o filho caçula, Ronaldo, 20 anos. "Não me importo de dormir mal. Mas ele, que trabalha, precisa dormir bem a noite inteira", explica.

Além dos irmãos, Edvaldo conta com a ajuda da vizinha da casa de frente, a viúva Inês Nascimento, 57 anos, e da filha dela, Graça, 34, moradora de Samambaia que visita a mãe com frequência e ajuda Edvaldo a desistir da idéia de se matar. "Ele chora muito. Fica só o dia inteiro e sente falta da mulher", revela Graça.

Inês também abandonou sua casa por três dias depois do acidente. Teve de jogar comida fora e deixar que a administração levasse suas roupas para que fossem descontaminadas. Mas nem por isso tem raiva do vizinho. Nos últimos dias, desde que ele retornou da casa da irmã em Santa Maria, onde estava se recuperando do acidente, ela está ensinando-o a cozinhar. "Ele lamenta muito que agora não tem ninguém para cuidar dele e tem de aprender a cozinhar. Então eu ensino", conta ela.

RESPONSABILIDADE

A ajuda que Edvaldo tanto espera pode estar próxima. O advogado carioca Cláudio Markes anunciou que entrará com ação civil pública no Ministério Público contra o Governo do Distrito Federal. Segundo o advogado, a segurança e a fiscalização de produtos químicos é de responsabilidade do governo e o Ministério Público deve investigar a omissão no controle e armazenamento desses produtos. "A culpa não foi do Edvaldo", garante Cláudio. A iniciativa serve para evitar que novos acidentes ocorram, como o que aconteceu na QNN 6.

Desde o vazamento de cloro, a Defesa Civil recolheu mais de 780 cilindros de gás de cozinha armazenados em locais inadequados e ilegalmente. O coordenador da Defesa Civil, Nilo de Abreu Lima, avisa que essa fiscalização só é feita em depósitos de gás de cozinha. "A fiscalização de outros gases químicos, como o cloro gasoso, é de responsabilidade do IEMA (Instituto de Ecologia e Meio Ambiente)."

O problema é que o IEMA não fiscaliza as oficinas que usam outros gases, segundo afirma a gerente de Recursos Naturais do IEMA, Ana Cristina Soares Linhares. "O IEMA só cuida das grandes empresas. Pequenas oficinas são de responsabilidade das administrações regionais. Não há lei que determina qual órgão é o responsável pela fiscalização", completa.